

Relato de Experiência

O percurso da terapia ocupacional social em uma instituição de Ensino Superior: trajetória no ensino, na pesquisa e na extensão

The path of social occupational therapy in a Higher Education institution: trajectory in teaching, research, and extension

Luciana Assis Costa^a , Rosângela Gomes da Mota de Souza^a , Adriana de França Drummond^a 

^aUniversidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, Brasil.

Como citar: Costa, L. A., Souza, R. G. M., & Drummond, A. F. (2023). O percurso da terapia ocupacional social em uma instituição de Ensino Superior: trajetória no ensino, na pesquisa e na extensão. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), e3371.

<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE258033711>

Resumo

No processo de construção da terapia ocupacional social no Brasil nos anos de 1980, observa-se um deslocamento da centralidade do binômio saúde e doença para os fenômenos sociais decorrentes das desigualdades sociais e culturais. Vale destacar que a terapia ocupacional social ganhou notoriedade tanto no Brasil quanto internacionalmente. Não obstante os avanços dessa área, a literatura aponta que os principais gargalos para a formação da terapia ocupacional social têm sido a insuficiência de recursos humanos e a ênfase quase exclusiva das diretrizes curriculares dos cursos de terapia ocupacional voltadas à área da saúde. Diante desse cenário, torna-se relevante aprofundar a análise de como a terapia ocupacional social tem se constituído em outros cursos no país, além do estado de São Paulo, berço do surgimento da área. Este relato de experiência objetiva discutir a constituição da terapia ocupacional social, a partir do processo histórico que viabilizou a sua emergência, seus avanços e recuos no curso de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Verifica-se que, gradativamente, a terapia ocupacional social vai se consolidando no curso na UFMG, legitimando o espaço de formação do terapeuta ocupacional. Torna-se evidente que a configuração da área se dá em campo de forças atuantes, fazendo-a avançar, recuar, manter-se. Uma potência da expansão está na articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa, extensão, políticas públicas e práticas em serviços.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Formação Profissional, Ensino, Fatores Socioeconômicos.

Recebido em Jul. 13, 2022; 1ª Revisão em Ago. 2, 2022; 2ª Revisão em Jan. 3, 2023; Aceito em Mar. 7, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

In the 1980s, during the social occupational therapy construction process in Brazil, there was a shift from the centrality of health and illness to social phenomena resulting from social and cultural inequalities. It is worth noting that social occupational therapy has gained notoriety both in Brazil and internationally. Despite the advances in this area, the literature points out that the main bottlenecks for the formation of social occupational therapy have been the insufficiency of human resources and the almost exclusive emphasis of the curricular guidelines of occupational therapy courses on the health area. In this scenario, it becomes relevant to deepen the analysis on how social occupational therapy has been constituted in other courses in the country, in addition to the state of São Paulo, cradle of its emergence. This experience report aims to discuss the constitution of social occupational therapy, based on the historical process that enabled its emergence, its advances and setbacks in the UFMG undergraduate course. It is verified that social occupational therapy is gradually being consolidated in the course at UFMG, legitimizing the space for the education of occupational therapists. It is evident that the configuration of this area occurs in a field of active forces, as it advances, retreats and/or maintains itself. A power of its expansion lies in the combination of the dimensions of teaching, research, extension, public policies, and services practices.

Keywords: Occupational Therapy, Professional Training, Teaching, Socioeconomic Factors.

Introdução

Na década de 1980 surgem os primeiros movimentos em direção à construção da terapia ocupacional social, a partir de posições políticas e teóricas assumidas por profissionais que se engajaram nos debates acerca das questões sociais latentes no Brasil (Barros et al., 1999). O início dos anos de 1980 foi marcado por uma efervescência dos movimentos sociais contrários ao sistema político vigente, em defesa de uma agenda política que encampasse diretrizes de democratização, inclusão social e alargamento dos direitos sociais, expressas, posteriormente, na Constituição Federal de 1988 (Barros et al., 1999; Barros, 2004; Costa, 2016; Galheigo, 2016; Malfitano et al., 2014). Observou-se também a intensificação desse debate em torno da necessidade de um deslocamento da centralidade do binômio saúde e doença para os fenômenos sociais decorrentes das desigualdades sociais e culturais, ao atuar com diversos grupos em situação de vulnerabilidade social, de esgarçamento ou rompimento dos vínculos sociais (Barros et al., 2007; Costa, 2016; Galheigo, 2016; Malfitano et al., 2014; Malfitano, 2016). Assim, como resultado de uma leitura política mais ampla sobre os efeitos dessas desigualdades e da subcidadania no cotidiano das populações atendidas pela terapia ocupacional, emerge, entre os terapeutas ocupacionais, uma crítica acerca da atuação do profissional restrita ao modelo biomédico e funcionalista (Lopes, 2016; Galheigo, 2016). É nesse cenário dinâmico, na sua constituição histórica, que a terapia ocupacional social brasileira vem ganhando notoriedade no contexto nacional e internacional (Galheigo, 2016; Lopes, 2016; Malfitano et al., 2014).

As universidades têm sido um dos principais *locus* da materialidade dessa subárea, em meio a conflitos e avanços que resultam das disputas entre os diferentes campos de saber. No final da década de 1970 foram criadas disciplinas do campo social que compuseram os currículos das Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, a saber, terapia ocupacional social e terapia ocupacional aplicada às condições sociais, respectivamente (Galheigo, 2016). Posteriormente, em alguns dos cursos no país, essas disciplinas foram excluídas por serem consideradas redundantes, com o argumento de que a dimensão social era transversal à terapia ocupacional em geral (Galheigo, 2016; Pan, 2014). Por volta do final da década de 1990, principalmente a partir da constituição do Projeto Metuia, atualmente denominado Rede Metuia¹, retoma-se o debate do campo social no cenário acadêmico por meio do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que resultaram em produções que consolidaram a terapia ocupacional social (Galheigo, 2016).

Não obstante os avanços da terapia ocupacional social, um estudo comparativo entre três cursos de graduação em universidades paulistas verificou diferenças importantes na operacionalidade da formação nessa área: não uniformidade dos conteúdos ofertados, contradições e divergências em relação à conceituação do campo; variações na distribuição de carga horária específica, na oferta de disciplinas e no perfil do profissional que se pretendia formar (Pan & Lopes, 2014). Ademais, outra pesquisa que analisou quinze cursos no país evidenciou também uma inserção minoritária de conteúdos relativos a essa área em seus currículos (Pan, 2014). Um dos principais gargalos identificados nesse estudo foi a insuficiência de recursos humanos, que implicava a ausência de uniformidade conceitual e prática da terapia ocupacional social. Corroborando também para tal cenário, a ênfase quase exclusiva das Diretrizes Curriculares Nacionais (DNCs) de 2002, focadas na saúde, fazendo com que, em alguns cursos, a área social estivesse atrelada a essa perspectiva² (Pan & Lopes, 2014; Pan, 2014).

Quanto ao processo de regulamentação da terapia ocupacional no campo social, em 2009, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Brasil, 2009) criou e regulamentou a especialidade *terapia ocupacional nos contextos sociais*, formalizando a atuação do terapeuta ocupacional nas políticas de assistência social, de desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural. Em 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social reconheceu o terapeuta ocupacional como um dos profissionais que pode compor as equipes dos serviços socioassistenciais do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (Almeida et al., 2012).

Diante desse cenário, torna-se relevante aprofundar a análise de como a terapia ocupacional social tem se constituído em outros cursos no país, além daqueles no estado de São Paulo, *locus* do surgimento da área (Reis, 2008). Este relato de experiência objetiva discutir a constituição da terapia ocupacional social a partir do processo histórico que viabilizou a sua emergência, recuos e avanços no curso de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O presente relato foi construído a partir das perspectivas das autoras como participantes do processo histórico de construção dessa área na UFMG, terceira universidade pública federal a implantar o curso de terapia ocupacional no país.

¹O Projeto Metuia foi criado em 1998 por docentes da área de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo, da UFSCar e da PUC-Campinas. Atualmente, são cinco os núcleos da Rede Metuia: USP, UFSCar, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade de Brasília e Universidade Federal da Paraíba/Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Laboratório Metuia, 2020).

²Na proposta das DNCs da terapia ocupacional, aprovadas em 2020 pelo Conselho Nacional de Saúde, que está em tramitação no Ministério de Educação (MEC), definiu-se que a profissão pode atuar nos campos da saúde, educação, assistência social, previdência social, esporte, lazer, justiça, trabalho, cultura e meio ambiente (Reneto, 2020).

Destaca-se que uma experiência aparentemente singular pode refletir as regularidades da constituição do campo nos diversos cursos do país, bem como elucidar diferenças que possam apontar caminhos a serem ou não trilhados.

A Construção da Terapia Ocupacional Social na UFMG: o Ensino em Pauta

O Curso de Terapia Ocupacional da UFMG iniciou-se em 1979 tendo como base o primeiro currículo mínimo dos cursos de graduação em terapia ocupacional, instituído no país em 1963 e homologado em 1964 (Drummond, 1999; Universidade Federal de Minas Gerais, 2008). À época, a formação do terapeuta ocupacional no Brasil se atinha às necessidades de qualificação técnica para atuação na área de reabilitação. Nesse período, havia empenho em definir parâmetros e requisitos básicos das especificidades da profissão que refletissem na formação profissional (Lopes, 1990). Nesse processo, em busca de competência técnica e científica, a profissão no Brasil ancorava-se em conceitos, sobretudo norte-americanos, sobre ocupação, tendo sofrido influência de profissionais estrangeiras que atuaram na construção dos cursos de terapia ocupacional no país (Reis & Lopes, 2018).

Como mencionado anteriormente, no início dos anos de 1980, a conjuntura política e social provocou a revisão de postulados profissionais de terapeutas ocupacionais diante do debate sobre as responsabilidades dos técnicos na formação de valores sociais, do papel político articulado às práticas profissionais (Barros, 2004). A dimensão social passou a ser incorporada no discurso profissional, principalmente no contexto de luta pela ampliação e garantia dos direitos sociais, dos movimentos de Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica, e de luta pelos direitos de crianças e adolescentes (Almeida et al., 2012; Soares, 1991).

Em meio a essa realidade, a qual logo se seguiria o processo de redemocratização do país, em 1982/1983 foi instituído o II currículo mínimo de terapia ocupacional³, norteado principalmente pela necessidade de propiciar uma formação técnica, social e política, e uma atuação crítica do terapeuta ocupacional consoante aos problemas reais de saúde da população brasileira (Lopes, 1990; Palhares, 1991).

Na UFMG, a primeira turma de terapia ocupacional se graduou no ano de 1982 e não havia acúmulo de experiências do corpo docente com a própria docência, bem como não havia análise consolidada das próprias práticas. Mesmo assim, em 1985, com apenas seis anos de existência do curso, a UFMG assumiu a tarefa de reformular seu currículo para adequar-se ao novo currículo mínimo vigente à época (Drummond, 1999; Palhares, 1991; Universidade Federal de Minas Gerais, 2008).

No currículo da UFMG, implantado em 1985, foi criada a disciplina *terapia ocupacional aplicada às condições sociais* e seus respectivos campos de estágio (Drummond, 1999). Em 1989, foi realizado um concurso para ingresso de docente que deveria atuar nessa área. A expressão “aplicada”, para denominar essa nova “área”, reproduzia a perspectiva das demais disciplinas marcadas pela ótica da doença, anunciando o risco de patologização do campo social. No âmbito da intervenção, a incursão de terapeutas ocupacionais em espaços institucionalizados de segregação e marginalização, como prisões, Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEMs), asilos, evidenciavam problemáticas decorrentes de graves desigualdades sociais no país. No entanto, na UFMG,

³Este novo currículo emergiu a partir da proposta aprovada no encontro de coordenadores de cursos de fisioterapia e terapia ocupacional, ocorrido em 1983 em São Paulo, a qual foi apresentada por coordenadores dos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional da UFMG (Lopes, 1990).

como em outras instituições no Brasil, diante da fragilidade das propostas de atuação tomadas a partir de um enquadramento disciplinar, clínico e intervencionista da saúde e, sobretudo, da falta de apropriação de escopos teóricos para potencializar a produção de saberes e práticas, na época, o curso optou por não investir em práticas no campo social e reduziu a carga horária da única disciplina. Assim, a docente que havia ingressado em 1989 para atuar no campo social acabou migrando para outra área da terapia ocupacional.

Ainda sobre a única disciplina do campo social, nos anos de 1990, ela se manteve isolada na formação do terapeuta ocupacional da UFMG, embora pesasse as discussões consistentes que se faziam acerca dos processos de exclusão/inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de eleição de referenciais teóricos à luz do materialismo histórico. Naquele momento, não havia uma discussão coletiva no curso que sustentasse a coesão de um campo de conhecimento que pudesse transpor a hegemonia do modelo biomédico e funcional. A história da terapia ocupacional na UFMG retrata claramente as dinâmicas do ambiente institucional e de relações que não proporcionaram o recrudescimento da área.

A partir do final da década de 1990, o curso inicia outro processo de reforma curricular, ensejado, entre vários aspectos, pela necessidade de se investir na mudança do modelo biomédico, que culminou na proposição de conteúdos específicos da terapia ocupacional no campo social. Esse processo, que também foi atravessado pela necessidade de adequação às DCNs do curso de graduação em terapia ocupacional aprovadas em 2002, resultou no novo projeto pedagógico de 2008 e, conseqüentemente, na substituição da disciplina obrigatória anterior por outras que abordavam os conteúdos teóricos do campo social, as quais podem ser visualizadas na Tabela 1 (Universidade Federal de Minas Gerais, 2008).

Assim, em 2009, iniciou-se o novo currículo na UFMG e, em 2011, abriu-se um concurso específico para o campo social que aprovou uma terapeuta ocupacional com pós-graduação na área de ciências sociais, demonstrando o investimento do curso para o desenvolvimento da área. Formalmente, tratava-se do segundo concurso para a área, considerando que o primeiro havia ocorrido no final dos anos de 1980. Uma diferença importante desse momento, relativamente tardio, no qual se retoma o investimento na área social, refere-se ao acúmulo de produção de conhecimento sobre o campo no Brasil, o que favoreceu a sustentação interna da área mesmo diante de uma formação no curso da UFMG claramente referenciada nos modelos americanos e canadenses de desempenho e funcionalidade (Barros et al., 1999; Barros, 2004; Barros et al., 2007; Reis, 2008; Universidade Federal de Minas Gerais, 2008). Em 2015, a terapia ocupacional no campo social se fortalece com a incorporação de mais uma docente com recente formação de pós-doutorado em terapia ocupacional social junto ao Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCAR.

Assim, desde 2012, a graduação da terapia ocupacional da UFMG contempla temáticas relativas ao campo social em disciplinas obrigatórias e optativas, de natureza teórica e prática, revelando sua constituição e expansão. Dessa forma, mesmo com um número reduzido de docentes, a configuração dessa área⁴, atualmente denominada como

⁴Neste artigo, verifica-se que os termos “campo” e “área” foram mencionados retratando momentos históricos distintos da trajetória epistemológica da terapia ocupacional social. O termo campo social aparece no momento de emergência do debate sobre as problemáticas sociais como fenômenos que deveriam ser encampados pela profissão, mesmo que ainda não se dispusesse de um arcabouço teórico metodológico previamente constituído que delimitasse uma área de conhecimento específica. Já o termo

terapia ocupacional social, foi deixando de ser um investimento pontual para se constituir num processo de articulação dos conteúdos e práticas que a fundamentam. Embora o conteúdo social esteja previsto no projeto pedagógico para ser desenvolvido no 5º período, temáticas correlacionadas ao campo social têm sido desenvolvidas de modo articulado às disciplinas do 1º e 2º períodos; em relação às práticas e estágios obrigatórios, tem sido possível ofertar a experiência no campo social para alguns discentes em disciplinas do 5º e 7º períodos, conforme descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Disciplinas referentes ao campo social.

Disciplina	Período	Tipo	Carga Horária
Antropologia cultural*	1º	Teórica, obrigatória,	60 h
Sociologia*	1º	correlacionada à terapia	60 h
Processos de inclusão social**	2º	ocupacional social	30 h
Intervenções em terapia ocupacional II**	5º	Teórica, obrigatória, específica à terapia ocupacional social	60 h
Prática clínica em terapia ocupacional II**	5º	Prática, obrigatória (1 ou 2 turmas específicas da área social, com seis vagas para cada turma a cada semestre)	45 h
Clínica em terapia ocupacional em saúde da criança e do adolescente**	7º	Estágio curricular obrigatório (2 a 6 vagas específicas da área social a cada semestre)	390 h
Terapia ocupacional: juventudes e vulnerabilidade social**	variável	Optativa	30 h
Terapia ocupacional social**			30 h
Carga horária total do curso = 3.210 horas			
Carga horária obrigatória de terapia ocupacional social = 60 horas			
Carga horária opcional de terapia ocupacional social referente a práticas e estágio= 435 horas (45+390)			
Carga horária optativa de terapia ocupacional social = 60 horas			

*Ofertada pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. **Ofertada pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG.

A sustentação teórica da formação em terapia ocupacional social da UFMG tem se dado, desde os primeiros períodos, a partir das disciplinas obrigatórias, que trazem a perspectiva interdisciplinar do campo social atrelada à disciplina obrigatória do 5º período, que dispõe de uma carga teórica específica sobre terapia ocupacional social. Adicionalmente, as duas disciplinas optativas, ofertadas sistematicamente, ampliam a carga horária dedicada a essa formação. Busca-se, nas disciplinas, articular dimensões sociais estruturais a partir dos conceitos de classe, Estado, políticas públicas, desigualdade social, justiça social, gênero, raça e cidadania às perspectivas microssociais,

área ou subárea da terapia ocupacional social passa a ser nomeado quando se verifica um amadurecimento epistemológico que avança na delimitação do objeto de estudo e nos procedimentos metodológicos reconhecidos e compartilhados pelos pares. Constata-se, também, uma aproximação taxonômica dos termos “campo social” e “terapia ocupacional social” às definições de áreas de conhecimento e campos do saber que regem as diretrizes e regulamentações das instâncias superiores educacionais (CAPES).

retratadas nos conceitos de coesão social, socialização, capital social, pertencimento, território, cotidiano, laços sociais, entre outros. Sob esses referenciais teóricos, almeja-se compreender a multidimensionalidade dos fenômenos sociais imbricados nas vivências práticas do cotidiano de populações em situação de pobreza e vulnerabilidade sociais. Corroborando a afirmativa de Luz (2008), ao invés de buscar por modelos ou teorias totalizadoras, é fundamental construir *o corpus* da terapia ocupacional social, a partir de perspectiva interdisciplinar, com base em diferentes campos disciplinares ou pluridisciplinares, especialmente das ciências sociais e humanas. A terapia ocupacional social deve ser lida não apenas com a multidimensionalidade do seu objeto de estudo, mas sobretudo, com o dinamismo das transformações sociais, o que demanda certa multidisciplinaridade e arejamento de saberes e práticas, onde a ciência e a vida não podem ser separadas na construção das suas explicações (Barros et al., 1999; Barros, 2004; Barros et al., 2007; Costa, 2016; Galheigo, 2016; Malfitano et al., 2014; Malfitano, 2016).

Quanto as disciplinas práticas, iniciou-se, em 2012, uma articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SUASE- MG) para viabilizar práticas de ensino nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa em regime de privação de liberdade (unidades de semiliberdade e internação), que culminou, em 2013, na formalização da parceria com a SUASE-MG. Assim, ao longo dos últimos dez anos, viabilizou-se a inserção dos alunos da disciplina prática do 5º período e estágios do 6º período nos centros socioeducativos, nos quais podemos contar com profissionais terapeutas ocupacionais na função de preceptoras. Em 2018, nova parceria foi estabelecida com a Secretaria Adjunta de Assistência Social com o intuito de ampliar os campos práticos de ensino da terapia ocupacional social no SUAS, tendo por *locus* de ação um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no qual as próprias docentes exercem a preceptoria por causa da ausência do profissional terapeuta ocupacional. Ressalta-se a importância dessas parcerias que vêm resultando na ampliação das vagas formais de trabalho para terapeutas ocupacionais no Estado de Minas Gerais (MG), principalmente nos serviços socioeducativos, para os quais, desde então, foram contratados mais de vinte discentes recém-formadas.

Ademais, essas articulações com as secretarias de estado e município, se, por um lado, têm gerado reconhecimento e legitimidade das ações da terapia ocupacional social com a população atendida por essas políticas; por outro, evidenciam vários desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da área. No caso do sistema socioeducativo, embora o contexto de atuação seja a política de segurança pública junto ao adolescente em conflito com a lei – que remete às discussões sobre questões eminentemente sociais relacionadas ao ato infracional, juventude e desigualdades sociais, segundo documento orientador das funções dos profissionais nas unidades geridas pela SUASE-MG, o foco de atuação profissional está relacionado ao desempenho ocupacional e desenvolvimento de habilidades ocupacionais – termos utilizados pela Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA)⁵ (Minas Gerais, 2012; Universidade Federal de Minas Gerais, 2008). Isso reflete lacunas na formação de terapeutas ocupacionais que ingressaram no sistema socioeducativo em MG ainda na primeira década dos anos 2000.

⁵O documento da AOTA não se propõe como modelo teórico de terapia ocupacional, embora seja utilizado por terapeutas ocupacionais brasileiros como tal (Cruz, 2018).

Esses profissionais, provavelmente, não dispunham de arcabouço técnico-metodológico do campo social, o que explica o uso de outras referências, como da reabilitação psicossocial, saúde mental e da AOTA, nas suas práticas. A formação continuada — formal ou informal — realizada por meio de iniciativas pessoais ou em serviço também conduziu a construção do papel do terapeuta ocupacional nessa política. Situação que passa a ser alterada, parcialmente, a partir do desenvolvimento da terapia ocupacional social na UFMG e da entrada de recém-formados no sistema socioeducativo.

Outro desafio que temos enfrentado refere-se à fragilidade de ingresso da terapeuta ocupacional no SUAS em Belo Horizonte, que tem ocorrido em serviços de proteção especial, com ênfase em pessoas com deficiência e idosos (Pêgo, 2021); ou seja, embora esse profissional esteja inserido no contexto da política de assistência social, sua atuação tem sido requerida a partir de demandas da saúde.

Assim, num contexto de limites, mas também de possibilidades, à luz de referenciais das ciências humanas e sociais, alavancou-se discussões teóricas no sentido de embasar as práticas da terapia ocupacional social na UFMG, em uma leitura contrária ao entendimento do objeto da profissão exclusivamente centrada no indivíduo, na funcionalidade e nas ocupações. A apropriação da leitura sociológica e antropológica para a compreensão do impacto das desigualdades e discriminações sociais no cotidiano dos sujeitos, apoiada em uma visão relacional e estrutural, proporcionou o avanço na produção de saberes e práticas, que foi adicionando *corpus* à essa área na UFMG. Este cenário demonstra que, não obstante os avanços computados a partir de 2012 com a reforma curricular e a inserção de professoras na área, há um espaço de formação ainda incipiente se comparado ao total da carga horária do curso. No entanto, essa situação não difere daquela da maioria dos cursos de terapia ocupacional no Brasil (Pan, 2014), ou mesmo daquela de cursos no estado de São Paulo, que demonstram desafios para a expansão do campo e formação profissional na graduação da terapia ocupacional social (Pan & Lopes, 2014). O conteúdo previsto nos currículos dos cursos de graduação ainda dispõe de cargas horárias pouco representativas para a formação na terapia ocupacional social (Pan & Lopes, 2014; Macedo et al., 2018), situação que deverá sofrer modificações após a aprovação final das novas DCNs da terapia ocupacional (Brasil, 2020).

No curso da UFMG, uma estratégia para aumentar o volume de conteúdos obrigatórios que tratam dessa área específica tem sido a oferta de espaços de formação complementar atrelados às ações extensionistas. Algo similar a esse movimento tem caracterizado estratégias para a expansão do campo social em outras universidades brasileiras, como demonstram os estudos de Macedo et al. (2018), Lopes (2016) e Pan (2014).

Articulando as Ações de Extensão e Pesquisa na UFMG

Uma das estratégias potentes para expandir a terapia ocupacional social na UFMG tem sido o desenvolvimento de atividades extensionistas, especialmente aquelas atreladas às políticas sociais de assistência social e de medidas socioeducativas. Atualmente, contamos com um programa de “Formação em extensão em terapia ocupacional social”, ao qual estão atrelados dois projetos. Um deles, iniciado em 2018 no sistema socioeducativo, acompanha jovens de centros de internação; outro, iniciado em 2019 no CRAS, acompanha jovens em situação de vulnerabilidade social.

Passaram por ambos os projetos diversos discentes, tanto bolsistas, quanto voluntários. Tendo em vista as particularidades desses jovens, as ações têm sido direcionadas às atividades cotidianas, pautando-se nos conceitos de juventude, protagonismo social, cidadania, direito e justiça. No programa de formação de extensão, um dos focos é a qualificação da formação da terapeuta ocupacional no atendimento às populações com necessidades e demandas decorrentes de problemáticas sociais por meio da realização de encontros formativos, direcionados conjuntamente aos discentes extensionistas e terapeutas ocupacionais.

A partir da segunda década dos anos 2000, verifica-se um maior investimento na pesquisa em terapia ocupacional social da UFMG, mobilizado pelos trabalhos de conclusão de curso de graduação, de iniciação científica e, mais recentemente, pelos projetos da pós-graduação. Com a abertura, em 2019, do Curso de Mestrado em Estudos da Ocupação (CPGEO) — programa *stricto sensu* do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG que contempla a linha de pesquisa “Ocupação, políticas públicas e inclusão social” — há uma aposta de que pesquisas na área sejam potencializadas. O movimento ascendente de construção do campo, articulando-se ensino, pesquisa e extensão, buscando articulação com outros cursos no Brasil e no mundo, pode ser constatado com a parceria do CPGEO no IV Simpósio Internacional de Terapia Ocupacional Social (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2020) sediado na UFMG. Ademais, a pesquisa tem sido potencializada pelo aumento do interesse de alunos de graduação e mestrado pelas temáticas aderentes à terapia ocupacional social, tais como estudos sobre populações em situação de vulnerabilidades sociais, o sistema socioeducativo, aspectos étnicos e raciais na vivência cotidiana de mulheres negras de baixa renda etc. No âmbito das atividades do CPGEO, tem-se agregado a necessidade de articular-se, também, com outras perspectivas teóricas que se relacionam ao estudo das ocupações, tais como justiça ocupacional e conceitos correlatos e outras perspectivas críticas (Townsend & Wilcock, 2004; Gerlach et al., 2018). Não obstante essas iniciativas de pesquisa, sabemos que há muito que se avançar na consolidação de um espaço de produção de conhecimento que possa efetivamente contribuir para a sustentação teórica do campo.

Considerações Finais

Gradativamente, a terapia ocupacional social vai se consolidando na UFMG, legitimando o espaço de formação da terapeuta ocupacional em um processo histórico que não ocorre de forma linear. As atividades de ensino — vivenciadas nas disciplinas obrigatórias, correlatas e optativas, em conjunto com a possibilidade de práticas no sistema socioeducativo e no CRAS, pesquisas na graduação e no CPGEO, executando o tríplice objetivo da universidade, ao articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão — têm sido uma aposta assertiva no sentido de avançar na formação na área. Nesse percurso, tornou-se evidente que uma das potências dessa expansão está na articulação dessas dimensões com as políticas públicas e com as práticas em serviços, assim como tem ocorrido em outras Instituições de Ensino Superior. Ademais, considerando as atuais metas de inclusão da extensão no currículo dos cursos de graduação do ensino superior (Brasil, 2018), os projetos de extensão em curso irão se constituir como mais um espaço de formação dentro da carga horária obrigatória da graduação.

A opção de articulação com o poder público para a abertura de espaços articulados de formação têm viabilizado a aprendizagem em serviço e o alcance de maior visibilidade da terapia ocupacional social. Considerando o cenário político e econômico atual, existem vários desafios específicos à consolidação do campo que envolvem disputas e conflitos, tanto nos cenários de práticas para a inserção do profissional em políticas sociais, quanto na própria dinâmica do campo científico singularizado em disputas internas na própria terapia ocupacional.

Por fim, o incremento no embasamento teórico-prático na formação tem, paulatinamente, formado um perfil de profissionais que atuam na terapia ocupacional social, desenhando-o como núcleo de conhecimento e singularidades, mostrando caminhos que podem ser trilhados para sustentar seus saberes e práticas. Em meio às rupturas e descontinuidades, essa subárea social na UFMG vem, notoriamente, fortalecendo-se na perspectiva de ensino, pesquisa e extensão, principalmente a partir do ingresso de docentes específicos da área.

Referências

- Almeida, M. C., Soares, C. R. S., Barros, D. D., & Galvani, D. (2012). Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 20(1), 33-41.
- Barros, D. D. (2004). Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 15(3), 90-97.
- Barros, D. D., Almeida, M. C., & Vecchia, T. C. (2007). Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 18(3), 128-134.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (1999). Terapia ocupacional e sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 10(2-3), 69-74.
- Brasil. (2009, 20 de maio). Resolução COFFITO nº 366, de 20 maio de 2009. Dispõe sobre o reconhecimento de especialidades e de áreas de atuação do profissional terapeuta ocupacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1.
- Brasil. (2018, 18 de dezembro). Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 49. Recuperado em 07 de junho de 2023, de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf
- Brasil. (2020, 4 de dezembro). Resolução nº 650, de 4 de dezembro de 2020. Dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação bacharelado em terapia ocupacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1.
- Costa, L. A. (2016). Terapia ocupacional no contexto de expansão do sistema de proteção social. In A. P. S. Malfitano & R. E. Lopes (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 135-153). São Carlos: EdUFSCar.
- Cruz, D. M. C. (2018). Os modelos de Terapia Ocupacional e as possibilidades para a prática e pesquisa no Brasil. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 2(3), 504-517.
- Drummond, A. F. (1999). *A formação inicial do terapeuta ocupacional: estudo dos currículos do curso de terapia ocupacional/UFMG* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEEFTO. (2020). *Cidades@: Belo Horizonte*. Recuperado em 07 de junho de 2023, de http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/cursos_eventos/132/iv_simpasio_de_terapia_ocupacional_social

- Galheigo, S. M. (2016). Terapia Ocupacional Social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In A. P. S. Malfitano & R. E. Lopes (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-68). São Carlos: EdUFSCar.
- Gerlach, A. J., Teachman, G., Laliberte-Rudman, D., Aldrich, R. M., & Huot, S. (2018). Expanding beyond individualism: engaging critical perspectives on occupation. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 25(1), 35-43.
- Laboratório Metuia. (2020). *Cidades@: São Carlos*. Recuperado em 07 de junho de 2023, de <https://www.dto.ufscar.br/pesquisa/laboratorios/laboratorio-metuia>
- Lopes, R. E. (1990). Currículo mínimo para a Terapia ocupacional: uma questão técnico-ideológica. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 1(1), 33-41.
- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e Terapia Ocupacional Social. In A. P. S. Malfitano & R. E. Lopes (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 29-48). São Carlos: EdUFSCar.
- Luz, M. T. (2008). Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Política & Sociedade*, 7(13), 205-228.
- Macedo, M. D. C., Bardi, G., Monzeli, G. A., & Neves, A. T. L. (2018). Formação em Terapia Ocupacional Social: histórico de um caminhar em construção na Universidade Federal do Espírito Santo. In R. A. S. Silva, P. C. Bianchi & D. S. Calheiros (Orgs.), *Formação em terapia ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação* (pp. 123-140). São Paulo: Editora FiloCzar.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In A. P. S. Malfitano & R. E. Lopes (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 117-133). São Carlos: EdUFSCar.
- Malfitano, A. P., Lopes, R. E., Magalhães, L., & Townsend, E. A. (2014). Social occupational therapy: conversations about a Brazilian experience. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 81(5), 298-307.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. (2012). *Política de atendimento socioeducativo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Defesa Social.
- Palhares, M. S. (1991). Estudo do currículo de terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 2(2), 149-165.
- Pan, L. C. (2014). *Políticas de Ensino Superior, graduação em Terapia Ocupacional e o ensino de Terapia Ocupacional Social no Brasil* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pan, L. C., & Lopes, R. E. (2014). O ensino de Terapia Ocupacional social nas universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 24(2), 103-111.
- Pêgo, C. G. (2021). *Mapeamento da Terapia Ocupacional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Minas Gerais* (Monografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Reis, S. C. C. A. G., & Lopes, R. E. (2018). O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(2), 255-270.
- Reis, T. A. M. (2008). *A Terapia Ocupacional Social: análise da produção científica do estado de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Reneto. (2020). *Cidades@: Brasília*. Recuperado em 07 de junho de 2023, de <http://reneto.org.br/novas-diretrizes-curriculares-nacionais-dcn-da-terapia-ocupacional/>
- Soares, L. B. (1991). *Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Editora Hucitec.
- Townsend, E., & Wilcock, A. A. (2004). Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 71(2), 75-87.
- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (2008) *Projeto pedagógico do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Colegiado de Terapia Ocupacional.

Contribuição das Autoras

Luciana Assis Costa foi responsável pela concepção, análise e redação do texto. Rosângela Gomes da Mota de Souza foi responsável pela análise, redação e organização das fontes. Adriana de França Drummond foi responsável pela análise e redação do texto. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

Autora para correspondência

Luciana Assis Costa
e-mail: lucianaassis.ufmg@gmail.com

Editora Convidada

Profa. Dra. Marina Leandrini de Oliveira